

**PCOMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E
IGUALDADE RACIAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. LUIZ COUTO)

Requer a realização de audiência pública para discussão do “Relatório Preliminar da Omissão sobre a Preservação dos Direitos Humanos do Povo Yanomami – gestão 2019 e 2022” elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de audiência pública, nesta Comissão, para discutir, divulgar e propor desdobramentos ao Relatório Preliminar elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) a propósito das omissões do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), gestão 2019 e 2022, diante das violações aos direitos humanos do povo Yanomami.

Sugiro o convite de representantes do próprio Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

JUSTIFICAÇÃO

A extrema degradação das condições de vida do povo Yanomami ao longo dos últimos anos não resultou apenas do conhecido rol de fatores que historicamente pesam contra a preservação e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil. A omissão das autoridades competentes, em especial a do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos



Direitos Humanos (MMFDH), contribuiu decisivamente para aquela degradação. O Estado brasileiro voltou a ser cúmplice de ataques de grande magnitude aos direitos indígenas, quando isso já não parecia possível.

As instituições de representação popular democrática não podem deixar de acompanhar de perto, desde o início, as investigações do que foi feito e de contribuir para que elas sejam levadas a bom termo. O papel da Câmara dos Deputados nessa empreitada será, certamente, de especial importância. E a [Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial](#) constitui a instância decisiva para trazer a questão para o interior da Casa.

Nossa participação não deve ser adiada para quando a investigação estiver em fase mais adiantada. A Comissão deve acompanhar o desenrolar do caso desde o começo. Daí a importância de discutirmos o Relatório Preliminar¹ elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) a fim de que os fatos sejam investigados. Conhecendo-o bem, entenderemos em profundidade os desdobramentos posteriores do caso.

Além disso, o Relatório já traz informações relevantes e preocupantes sobre a inação do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Elas estão agrupadas em três seções: 1. Rejeição a recomendações de órgãos e entidades nacionais e internacionais. 2. Descaso diante de denúncias feitas sobre a situação das comunidades Yanomami. 3. Ausência de visitas ao território e oitivas das comunidades Yanomami. Precisamos nos debruçar sobre essas informações de imediato.

Sala da Comissão, em 20 de março de 2023.

LUIZ COUTO PT/PB
Deputado Federal

1 O Relatório Preliminar está disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/mdhc-divulga-relatorio-preliminar-das-omissoes-do-extinto-mmfdh-diante-das-violacoes-de-direitos-humanos-dos-povos-indigenas/OmissaoMMFDHYanomami20192022.pdf>.

